Comissão de Educação e Cultura

Resumo da Audiência Pública de 19 de junho de 2023

Ciclo de Debates sobre o Plano Nacional de Educação

Quinta Audiência Pública do RQ nº 21, de 2023[1]

Presidida pelo Senador Flávio Arns

Tema: Discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático "o PNE vigente e o novo PNE: continuidade ou ruptura?". Data: 19/06/2023 às 10h.

Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

- ✓ A Fineduca defende que o atual PNE continue a ser implementado e que suas metas não sejam diluídas;
- ✓ Sempre se comparam os resultados brasileiros no PISA[2] com os resultados dos demais países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, é preciso considerar o fato de que há relação entre o gasto por aluno e os resultados nesse exame, e o Brasil tem um gasto muito baixo, comparativamente;
- ✓ O PISA das instituições federais e das redes privadas é próximo do de países da OCDE;
- ✓ Para que o Brasil aplicasse em educação os valores médios de outros países da OCDE, seria necessário aplicar 13,8% do PIB brasileiro de 2019, o que mostra que a meta de 10% deve permanecer;
- ✓ Olhando os salários médios iniciais dos docentes pagos em instituições públicas, podemos ver que os que são pagos na OCDE são cerca de duas vezes os pisos no Brasil;
- ✓ A Fineduca vai divulgar um estudo sobre o custo aluno qualidade (CAQ) para cumprir o que determina o direito à educação;

[1] Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11542&codcol=47
[2] Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, em português.

- ✓ A vinculação aponta o mínimo, o básico a ser cumprido, por isso não se deve alterar esse mecanismo.

Principais encaminhamentos sugeridos pelo convidado:

- ✓ A previsão de metas deve considerar uma série de indicadores de nível socioeconômico e de desenvolvimento dos países;
- ✓ É preciso retirar o Fundeb do arcabouço fiscal (PLP nº 93, de 2023), pois ele pode comprimir o orçamento de outras etapas da educação.

Sra. Ana Gardennya Linard, Gerente de Políticas Públicas do movimento Todos Pela Educação

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ É importante ouvir professores e estudantes sobre o novo PNE;
- ✓ É importante considerar a responsabilidade educacional no novo PNE, para que ele tenha metas impositivas, de forma a garantir maior comprometimento dos envolvidos;
- ✓ A vulnerabilidade educacional é ponto central a ser considerado no novo Plano, olhando para as questões de nível socioeconômico, de raça e gênero;
- ✓ Estudo do Professor Francisco Soares trata de indicador de vulnerabilidade educacional como critério para distribuição de recursos. Através desse indicador, é possível identificar e direcionar recursos para as regiões e escolas mais vulneráveis, promovendo a igualdade e a equidade;
- ✓ O Painel de Monitoramento do PNE mostra tanto as metas quanto as estratégias.
- ✓ A primeira infância deverá ser a prioridade nos próximos anos. As metas relativas a creche e pré-escola não foram alcançadas e devem ser priorizadas.
- ✓ A taxa de escolarização dos ensinos fundamental e médio também não foram alcançadas, tampouco a de alfabetização na idade certa, dentre outras metas que precisam ser mantidas;
- ✓ É preciso pensar adequadamente a educação em tempo integral, inclusive com um programa de bolsas para os alunos;
- ✓ No caso do financiamento, preocupa a execução orçamentária. No triênio 2019-2021, a execução do Orçamento da União para a função educação não passou de 80%.

Principais encaminhamentos sugeridos pela convidada:

- ✓ É necessário rever algumas metas, com mais foco no direito à educação das crianças e jovens do País;
- ✓ A construção de um novo plano deve ser colaborativa, envolvendo todos os entes e implementado também em cooperação, fortalecendo assim o pacto federativo;
- ✓ O novo plano precisa levar em consideração os anos de pandemia e a necessidade de recomposição das aprendizagens;
- ✓ Desigualdades – o novo PNE precisa se preocupar de maneira mais profunda com a equidade educacional (ex: metas por grupo, priorização de financiamento, raça, etc);
- ✓ É preciso olhar para o monitoramento para analisar as metas do PNE não atingidas;
- ✓ As metas precisam de uma garantia de orçamento para viabilizar o seu alcance;
- ✓ É preciso um PNE que considere as novas demandas e necessidades da educação nos próximos dez anos.

Sr. Daniel Cara, Dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Principais tópicos abordados pelo convidado:

- ✓ A Campanha afirma que um ponto de continuidade no PNE é o do monitoramento, que precisa continuar a ser feito;
- ✓ O PNE não é diferente da Constituição Federal, pois ambos foram produzidos em momentos de retrocesso (Década Perdida, no caso da CF). De 2016 para cá tivemos um "neoliberalismo intransigente" e o PNE nasceu ainda no período de "neoliberalismo transigente";
- ✓ Nesse sentido, o neoliberalismo intransigente (que não concilia com as políticas sociais) inviabiliza o Plano;
- ✓ Quem financia a educação é o povo, tendo em vista a regressividade tributária no Brasil;
- ✓ É possível alcançar os 10% do PIB em investimentos para educação, conforme mostra o Comunicado nº 124, de 2011, do IPEA;
- ✓ O PNE tem sido implementado como um cardápio, no qual o gestor público escolhe o que quer implementar;
- ✓ A demanda do mercado de trabalho brasileiro para o estudante da escola técnica é pequena, pois as vagas são ocupadas por profissionais da educação superior.

Principais encaminhamentos sugeridos pelo convidado:

- ✓ É preciso que o PNE tenha continuidade, com real priorização da educação. O PNE deve apresentar objetivos;
- ✓ É preciso regulamentar o imposto sobre grandes fortunas;
- ✓ O PNE deve ter uma estruturação mais orgânica e ser tratado como uma lei que tem linearidade e que precisa ser respeitada. Precisa ser tratado como um Plano de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação e, ao mesmo tempo, como um programa de desenvolvimento do País.

Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

- ✓ O percentual de metas não cumpridas no PNE chega a 86% e o Ministério Público e os tribunais de contas deveriam atuar de forma mais dura com o descumprimento dos percentuais de gastos mínimos em educação;
- ✓ Muitas metas não foram cumpridas e em algumas delas está havendo regressão, como a meta 6;
- ✓ A meta de educação de jovens e adultos demonstra um abandono do tema;
- ✓ A meta 11, da educação profissional técnica de nível médio, avançou pouco na rede pública e caiu na rede privada;
- ✓ A meta 12, da educação superior, também ficou muito abaixo do valor mínimo estabelecido;
- ✓ Há outros muitos alunos de licenciatura na educação a distância e o magistério de nível médio, eficaz na formação de professores, continua sendo previsto na LDB;
- ✓ A meta 14, da pós-graduação, também retrocedeu em 2020;
- ✓ A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que determina a contratação de psicólogos e profissionais do serviço social pelas redes públicas não é cumprida. Eles poderiam ser os orientadores profissionais dos estudantes.

Encaminhamento sugerido pelo convidado:

- ✓ Precisamos escolher as metas mais altas no novo PNE. Elas não podem ser apenas factíveis ou medíocres, precisam expressar objetivos ousados.